

LITERATURA, FEMINISMOS E DECOLONIALIDADES

como se fosse privilégio
assumir o leme
e empunhar a palavra
e se é a minha contra a sua
não tem problema
carrego a língua calejada
(Luiza Romão)¹

Autoria feminina e rupturas epistemológicas

Há mais de dez anos, Regina Dalcastagnè publicou um estudo intitulado *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*, no qual apresentava dados de uma pesquisa sobre autoria da narrativa do tempo presente. Chegou-se ao resultado de que o campo literário no nosso país era marcado por uma homogeneidade, de gênero, de raça e de classe. Em números absolutos, de um conjunto de romances lançados pelas principais editoras nacionais entre 1990 e 2004, apurou-se que de “120 em 165 autores eram homens, ou seja, 72,7%. Mais gritante ainda é a homogeneidade racial: 93,9% dos autores são brancos. Mais de 60% deles vivem no Rio de Janeiro e em São Paulo” (Dalcastagnè, 2012, p. 8). Os percentuais citados, bem como os dados examinados, foram amplamente difundidos pela crítica literária e funcionaram como um alerta sobre o que se tem produzido e, conseqüentemente, lido e estudado em literatura no Brasil.

¹ Versos do livro *Sangría* (2017), de Luiza Romão, que, em suas palavras, citadas por Heloísa Buarque de Holanda no prefácio da obra, nos revela: “com este trabalho, procuro desvendar como a colonização, seus mecanismos exploratórios, repressões e golpes de estado, construíram sentidos do feminino, absolutamente silenciados e apagados”.

José Veranildo Lopes da Costa Júnior

Professor do Departamento de Letras da Universidade Federal da Paraíba, onde atua na área de Língua Espanhola, e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB, na linha de pesquisa “Estudos decoloniais e feministas. Doutor em Letras (UERN). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2400-8715>. E-mail: joseveranildo@ccae.ufpb.br

Monaliza Rios Silva

Professora Adjunta na Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e líder do NUPELEM - Núcleo de Pesquisa em Literaturas Escritas por Mulheres: decolonialidades, diversidades e política cultural (CNPq/UFAPE). Doutora em Literatura, Cultura e Tradução (PPGL/UFPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7682-643X>. E-mail: riosmonaliza@gmail.com

Moama Lorena de Lacerda Marques

Professora de Literaturas de Língua Portuguesa do Departamento de Letras (UFPB) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFPB) e do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS/UFPB). Doutora em Literatura e Cultura (PPGL/UFPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3569-1601>. E-mail: moamalorena@gmail.com

Anos antes da publicação de Dalcastagnè (2012), mas em consonância com o recorte de tempo dos romances que compuseram o *corpus* de análise da pesquisa mencionada, surge em 1998 o Grupo de Estudos Subalternos, que, posteriormente, se transforma no conhecido *Grupo Modernidad/Colonialidad*, o qual reúne intelectuais latino-americanos, a exemplo de Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Catherine Walsh e Zulma Palermo. A proposta destes/as pensadores/as gira em torno da discussão sobre os mecanismos que estruturam a colonialidade no Sul Global. Segundo Aníbal Quijano (2019), o processo de invasão da América Latina gerou um poder global que articula todo o planeta em diferentes esferas, tendo-se estabelecido uma colonialidade cultural para a qual o acesso à cultura europeia significa poder. O pensador peruano sustenta que:

Durante el mismo período en que se consolidaba la dominación cultural europea se fue constituyendo el complejo cultural conocido como la modernidad-racionalidad europea, que fue establecido como un paradigma universal de conocimiento y de relación entre la humanidad y el resto del mundo (Quijano, 2019, p. 107).

O modo de produção do conhecimento estruturado pela Europa, para fins do que se pode chamar de colonização cultural (Quijano, 2019), explica, por um lado, a natureza homogênea dos dados apresentados por Regina Dalcastagnè (2012), uma vez que a Europa centraliza no homem branco e oriundo das grandes capitais daquele continente – leia-se o homem oriundo de Paris e de Londres, sobretudo – a validação do conhecimento como tal. Por outro lado, pode-se dizer que esta mesma engrenagem de uma colonialidade cultural (Quijano, 2019) repercutiu no modo como a literatura vai se projetando em diferentes sistemas literários da América Latina.

No Brasil, romances como *Senhora* (1875), de José de Alencar, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1908 [1881]), de Machado de Assis, *O Ateneu* (1973 [1888]), de Raul Pompéia, *O Cortiço* (1987 [1890]), de Aluísio Azevedo, *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1998 [1911]), de Lima Barreto, *São Bernardo* (1934), de Graciliano Ramos, entre tantos outros, são citados, pela historiografia literária, como as principais referências da literatura nacional, reforçando os dados de Regina Dalcastagnè (2012), quando a autora afirma que são os homens que ganham visibilidade na narrativa brasileira. Mas isso não significa dizer que as mulheres não escrevam literatura. Ainda no século XIX, quando a maior parte desses autores estavam atuando, encontramos mulheres produzindo seus romances, a exemplo de Ana Luísa de Azevedo Castro, Maria Benedita Câmara Bormann, Emília Freitas e Maria Firmina dos Reis. No entanto, hoje, não fossem iniciativas acadêmicas e editoriais como a que deu origem à Editora Mulheres², não teríamos acesso à obra dessas autoras, nem ao menos menção a elas nos compêndios

² A Editora Mulheres, fundada em 1995 como uma iniciativa de Zahidé Muzart, Elvira Sponholz e Susana Funck, “publicou, em cerca de duas décadas, mais de uma centena de livros, em especial romances reeditados de escritoras do século XIX ou início do XX e ensaios sobre feminismo, obras que se tornaram referência na formação de gerações de pesquisadoras/es e mesmo de escritoras brasileiras” (Ribeiro; Karam, 2020, p.5).

de literatura. Nesse sentido, o caso de Maria Firmina dos Reis se mostra exemplar, já que apenas recentemente recuperou-se o seu nome e os seus textos, com a publicação de *Úrsula* (1975 [1859]), primeiro romance abolicionista brasileiro.

O processo de silenciamento da autora maranhense parece, uma vez mais, reforçar os dados discutidos por Regina Dalcastagnè (2012, p. 12), pois “a definição dominante de literatura circunscreve um espaço privilegiado de expressão, que corresponde aos modos de manifestação de alguns grupos, não de outros”. A este processo de apagamento, Aníbal Quijano (2019) denomina de colonização cultural e explica que, após o bárbaro processo de invasão do nosso território indígena, o racismo precisava ter uma cara mais sutil para continuar operando uma divisão de raça mesmo após o fim da escravidão e do colonialismo.

Dada uma necessidade de romper com os modos de produção de conhecimento eurocentrados – os quais passam, mais uma vez, pela valorização da masculinidade, da branquitude e da divisão de classes – é nesta última década que, no campo dos estudos literários, os feminismos e a decolonialidade vão se estruturando, com maior ênfase, na universidade brasileira. A ativista boliviana Julieta Paredes, no livro *Hilando fino* (2013), ao discutir a noção de feminismo comunitário, no capítulo II, propõe uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental que, para a autora, não só responde exclusivamente às necessidades das mulheres desta sociedade, mas se constrói em um mundo de relações coloniais, imperialistas e transnacionais.

Com isto, não se quer dizer que a pesquisa sobre feminismos no Brasil é recente ou incipiente. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) criou, por exemplo, em 1984, o Grupo de Trabalho “A mulher na Literatura”. Entretanto, Julieta Paredes parece questionar o espaço de outras mulheres e vertentes do feminismo, que não o das mulheres brancas e do feminismo hegemônico, junto ao processo de produção de conhecimento. Por esta razão, as universidades brasileiras têm, ainda de forma embrionária, discutido as relações entre feminismos e decolonialidades. Um exemplo que pode ser citado é a criação, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, de uma linha de pesquisa denominada “Estudos decoloniais e feministas”, como uma tentativa de contribuir com um modo de pensar os feminismos que não tenha a Europa (Portugal, Espanha, França e Inglaterra, principalmente), Estados Unidos e Canadá como *norte* de referência, mas que se possa produzir outras pesquisas *suleadas* que abandonem a noção de Sul como periferia, centralizando a América Latina e África como o nosso centro de produção epistemológica.

Assumindo o desafio de relacionar feminismos e decolonialidade, a agenda das mulheres escritoras, de diferentes localidades do Sul Global, têm se dedicado a denunciar o patriarcado, o machismo, o sexismo, o racismo e todas as violências de gênero e sexualidade. Narradoras de romances como o *Garotas mortas*, da escritora argentina Selva Almada (2018), dão, cada vez mais, conta das relações entre gênero e violência:

Três adolescentes do interior assassinadas nos anos 80, três mortes impunes ocorridas quando em nosso país ainda se ignorava o termo feminicídio [...] Eu não sabia que uma mulher podia ser morta pelo simples fato de ser mulher, mas tinha escutado histórias que, com o tempo, fui ligando umas às outras, mas em que ela era objeto da misoginia, do abuso, do desprezo (Almada, 2018, p. 13).

Falar, portanto, dos atravessamentos entre feminismos e decolonialidade, temas que perpassam este dossiê temático, traz comprometeros éticos para aqueles/as que se propõem a pensar o mundo – e a construção do conhecimento – por meio de uma outra lente. Trata-se do olhar que expõe, como no caso de Selva Almada, os casos de mulheres mortas pela condição de ser mulher em um mundo no qual o patriarcado exerce poder sobre os corpos.

Desdobramentos acadêmicos

A proposta deste dossiê surgiu do III Encontro Nacional de Letras do Litoral Norte da Paraíba (III ELLIN-PB), que ocorreu entre os dias 08 e 10 de maio na UFPB, *Campus IV*. Tendo contado com recursos financeiros do Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP/CAPES, as atividades promovidas durante o seu curso reuniram pesquisadoras e pesquisadores de instituições das diversas regiões brasileiras, oportunizando o fortalecimento da cooperação científico-acadêmica, um dos objetivos do programa.

Como eixo central dessas atividades, destacamos, enquanto integrantes da comissão organizadora, uma preocupação que mobilizou o planejamento da programação, em suas palestras, mesas-redondas, simpósios e apresentações culturais, e repercutiu fortemente nos diálogos realizados, a começar pela palestra de abertura, feita pela escritora, pesquisadora e ativista indígena Márcia Kambeba: a importância de pensarmos um projeto de universidade que, em permanente contato com a comunidade, forme sujeitos responsáveis por suas coletividades e atuem a partir de “brechas decoloniais”, conforme discute Segato:

[...] brechas decoloniais que podem ser abertas na educação para democratizá-la, não em um sentido eurocêntrico colonial-moderno e liberal da ideia de democratização, mas como resultado de uma crítica histórica realizada a partir da perspectiva e dos problemas do nosso próprio continente (Segato, 2021, p.330).

Nesse sentido, a fala de abertura nos possibilitou uma aproximação da cosmopercepção Omágua/Kambeba, revisitando, em uma perspectiva decolonial, categorias como língua, sonho, território, memória. Ao final, a escritora convidou os/as parentes potiguara ali presentes, muitos/as deles/as alunos/as e egressos/as do

Campus IV, firmado sobre chão indígena³, a realizarem uma roda de cantoria ao som do maracá, evocando a força musical e espiritual deste, como nos mostra no ensaio *A força dos maracás: música é ensino, cultura, identidade*:

O maracá é companheiro numa produção musical ao longo de gerações e continua presente, hoje, nas lutas e resistência, marcando o ritmo da música e do tempo. Embora em constantes transformações, o corpo musical indígena, seu tempo circular, obedece ao som dos maracás e permanece firme. (Kambeba, 2020, p.40).

Esse olhar-agir pelas brechas decoloniais, provocado por pensadoras como Márcia Kambeba e Rita Segato, continuou sendo exercitado ao longo de todo o evento, a exemplo do que acompanhamos na conferência de encerramento, que teve a língua tupi como foco, e de simpósios temáticos voltados para a discussão de abordagens da literatura a partir de perspectivas decoloniais e contracoloniais; entre eles, o que coordenamos, intitulado *Literatura, feminismos e decolonialidades*. Assim como outros desdobramentos das nossas atuações na docência e na pesquisa, essa proposta esteve alinhada ao que nos orienta Curiel (2020, p.13) sobre a necessidade de realizar “um esforço de desengajamento epistemológico e político em como produzimos conhecimento”; esforço este que, reconhecendo a distribuição desigual da valoração de saberes nas relações globais (Norte/Sul), opta por perspectivas que desestabilizam a manutenção da lógica do sistema-mundo moderno/colonial.

Dessa forma, convidamos o público interessado à socialização de estudos que realizassem leituras das literaturas de autoria feminina, em diálogo ou não com outras produções culturais, a partir de teorias e metodologias feministas, especialmente aquelas oriundas dos feminismos decoloniais, e que levassem em consideração categorias como gênero, raça, classe, sexualidade, geopolítica, entre outras. Como resposta, recebemos mais de vinte submissões, entre trabalhos de docentes pesquisadores/as e alunos/as de pós-graduação, além de graduandos/as que desenvolvem investigações de iniciação científica.

Organizadas em três sessões de comunicações, as discussões mobilizadas pelos/as participantes nos colocaram diante de uma diversidade de escritoras, obras e perspectivas de análise comprometidas com o combate à colonialidade. Nesse sentido, pudemos dialogar sobre os projetos estéticos de autoras como Conceição Evaristo, Lubi Prates, Jarid Arraes, Eliana Alves Cruz, Elisa Lucinda, Danielle Magalhães, Chimamanda Adichie, Maryse Condé, Dina Salústio, Camila Sosa Villada, entre outras. Algumas das leituras promovidas na ocasião, cujas propostas apresentaremos brevemente a seguir, podem ser conferidas nos artigos que integram este dossiê.

³ O Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE), *Campus IV* da UFPB, está localizado no Vale do Mamanguape, litoral norte da Paraíba, em território majoritariamente camponês/potiguara. Atualmente, os Potiguara estão distribuídos em 32 aldeias localizadas nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição. (Pereira et al, 2020).

Contribuições do Dossiê

Na seção anterior, comentamos, a partir do ensaio *Brechas decoloniais para uma universidade na nossa América*, de Segato (2021, p.316), sobre o que ela denomina de compromisso de vida com o projeto de “democratizar a universidade, torná-la mais humana, acessível, responsável pelo bem-estar coletivo e palco dos debates que levam a uma consciência teórico-política da necessidade de transformações.” Nessa perspectiva, tendo como base o discurso teórico fundado por Aníbal Quijano, a antropóloga argentina enfatiza a importância de uma leitura da história a contrapelo, que subverte categorias e narrativas estabilizadas por um processo “que implicou menos ruptura que continuidade do horizonte colonial” (Segato, 2021, p.332).

Essa metodologia de leitura, que assume a responsabilidade de um desengajamento epistemológico de perspectivas eurocentradas, é também o que orienta os artigos do dossiê, a começar pelo *Eurocentrismo, feminismos civilizatórios e colonialidade: a epistemologia feminista decolonial como ferramenta analítica das relações de gênero*, de Juliana Adono e Lidia Possas. Ao considerar o olhar analítico para a categoria de gênero interseccionado com outros atravessamentos, as autoras tencionam o paradigma norteador do sistema do patriarcado. Isto porque o sistema é sustentado e reproduzido a partir de práticas colonialistas e de relações de poder hierárquicas e excludentes. Portanto, a abordagem das epistemologias dos feminismos decoloniais ampliam o horizonte analítico, uma vez que ressalta o protagonismo do discurso contra hegemônico que opera na mão da desestruturação do eurocentrismo.

Seguindo a esteira da problematização do descentramento europeu e questionando as interseccionalidades que incidem nas diversas opressões, no artigo *Em pilhas, as mulheres: o hiper realismo de Patrícia Melo representando as violências sistêmicas contra os corpos femininos*, de Maximiliano Torres e Alexandra Alves da Silva, o lugar das violências simbólicas, que velam as iniquidades nas relações de gênero, é elencado como chave de leitura. Tal escamoteamento das várias violências que atravessam/ ficam empilhadas nas costas das mulheres é revelado a partir do drible do verossímil, caminhando nas margens do ficcional e do policial, que mimetizam a sistematização das opressões de gênero.

Já em *Tecendo resistências: o corpo travesti contra o “CIStema” colonial de gênero em “A noite não vai permitir que amanheça”*, de Camila Sosa Villada, Maria Helena Fernandes e Amanda Brito apresentam uma leitura do conto “A noite não vai permitir que amanheça”, que integra a obra *Sou uma tola por te querer* (2022). Tendo como conceito norteador o Transfeminismo, de Letícia Nascimento (2021), ao instante em que as pesquisadoras discutem as violências sofridas por corpos dissidentes, como o da protagonista, também apontam as estratégias de resistência, enfatizando, por fim, a importância de mulheres trans, como a escritora em questão, assumirem o ponto de vista das suas narrativas, afastando-as, portanto, de uma perspectiva cisheteronormativa.

No artigo *Ser ou não ser Agatha Bell?: a experiência da vida privada de Chinaza Okafor em “Os casamenteiros”, de Adichie*, de Clara Vasconcelos, Rafael Braz e Elaine Nascimento, a questão da disputa da identidade já se anuncia no título, ao indagar sobre os processos de subjetivação da personagem em destaque. A disputa a que nos referimos diz respeito à contestação do poder hegemônico em inferiorizar o feminino, fato este que estabelece papéis de gênero essencialistas e subtrai a diversidade das identidades do ser mulher. Além disso, ao tomar o posicionamento político no trabalho analítico - desde as escolhas epistemológicas, até o traçado metodológico adotado - as/os autoras/es potencializam o *locus* contracolonial nas narrativas críticas sobre as escritas de mulheres. Desta feita, o questionamento que põe em xeque a existência das identidades plurais para além do monolítico eurocentrado se torna menos plausível e o poder pela palavra, ao passo que nomeia, presentifica as representações que rasuram o sistema.

No estudo *Espaços diminutos e dinâmicas entre mulheres: a resistência feminina na narrativa “Solitária”, de Eliana Alves Cruz*, de Yasmin Alves e Maria Luiza Milanez, observamos a presença da resistência como estratégia de existência e de luta para remar contra a maré, ancorando-se nos diversos braços, em sincronia e em comunhão. A imagem aqui trazida tem o intuito de representar os obstáculos enfrentados cotidianamente por sujeitos que se encontram na contramão do poder colonialista e que friccionam os alicerces do sistema que as/os extirpam as variadas formas de vida. Esta mesma macroestrutura espreme os ditos “corpos indesejáveis” e os empurra para o diminuto dos espaços. Por persistência ou força forjada na dor e no prazer de se ser o que é, os braços dados entre as mulheres quebram a correnteza de volta ao lugar a que pertencem.

Por fim, na leitura proposta por Yago Viegas em *Retratos do amor erótico na lírica de Elisa Lucinda: uma leitura de “El deseo, a lira dos amantes”*, o autor mostra como, no projeto estético da poeta, não se abstendo de denunciar o projeto colonial, ela reivindica, a partir da voz lírica, o amor e o erotismo como pulsões importantes de vida para as mulheres negras. Esse movimento, aliás, que denuncia as violências sistêmicas sem deixar de anunciar outras possibilidades de existência é observado como um aspecto central de uma certa poesia negra-feminina da qual Elisa Lucinda faz parte. Para mobilizar as discussões, ele parte, sobretudo, de referências dos feminismos negros e decoloniais, a exemplo de Audre Lorde, bell hooks e Vilma Piedade.

Referências

ALMADA, Selva. *Garotas mortas*. São Paulo: Todavia, 2018.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

KAMBEBA, Márcia Wayna. A força dos maracás: música é ensino, cultura, identidade. In: KAMBEBA, Márcia Wayna. *Saberes da floresta*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

QUIJANO, Aníbal. *Ensayos en torno a la colonialidad del poder*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2019.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitario*. La Paz: Cooperativa El Rebozo, 2013.

PEREIRA, Antônio Alberto et al. *História, cultura e sustentabilidade do Vale do Mamanguape: livro paradidático para a educação básica*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora LTDA, 1975.

RIBEIRO, Ana Elisa.; KARAM, Sérgio. Editora Mulheres, Zahidé Muzart e um caso relevante de edição de livros no Brasil. *Letrônica*, [S. l.], v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/34581>. Acesso em: 29 jun. 2024.

ROMÃO, Luiza. *Sangría*. São Paulo: Edição do Autor: Selo do Burro, 2017.

SEGATO, Rita. Brechas decoloniais para uma universidade da nossa América. In: SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.